



FRIO INDUSTRIAL
E
METALOMECAÂNICA

Estrada velha da Matola Talhão
nº 3 parcela 728 Tel 450427/8 Maputo

mediaFAX

Maputo * terça-feira 28.09.93 * Nº 189/93

PORTAS AUTOMÁTICAS
De:
Alumínio, Vidro e Radar
ou
Madeira, Vidro e Radar

A MULTIVENDAS, Lda
Rua Dr L. de Almeida, 2357 C.P.4048
Tel:475703 Fax: 475915 Maputo

De segunda a sexta, um diário no seu fax * Propriedade e edição: mediacoop - jornalistas associados, scri

Editor: Carlos Cardoso * Sede: Av. Mártires da Machava, nº 1002 - C.P. 73 * Maputo * Moçambique

Tifs 4 90906, 743952 * Faxes 490063 / 490906 * Tlx 6-233 * Rep. Beira, Tlf 325175 * Fax 302200 * Rep. Lisboa, Tlf 8581288 * Fax 8586773

Assinaturas mensais - ordinária: 75.000,00 MT * institucional: 150.000,00 MT ou 50 USD * de apoio: 500.000,00 MT ou 100 USD

A.1.4 DHLAKAMA "DEVE ESTAR A BRINCAR"

1-189/93 (Maputo) Eis as primeiras reacções de políticos nacionais à posição da Renamo de eleições sem exército único.

Domingos Arouca, Presidente da Fumo: "Penso que o Presidente da Renamo deve estar a brincar. Entendo que, com os anseios mais profundos do nosso povo, mormente quando estão relacionados com a sua segurança e sobrevivência, nenhum político deve brincar. É óbvio que são impensáveis eleições sem acantonamento, desmobilização e exército unificado".

Lutero Simango, membro da direcção colegial do PCN: (da redacção)

"Defendemos eleições só, e somente, com um exército único nacional porque essa é a garantia de que o governo eleito terá o controle sobre as armas. Com vários exércitos em funções há a probabilidade de um deles não obedecer ao governo eleito".

Entretanto, soubemos que Raul Domingos e Vicente Ululu seguiram ontem para Maríngué. Ambos estavam na capital na sexta-feira quando o Conselho Nacional da Renamo reuniu, produzindo o polémico comunicado.

RM/governo UMA NEGOCIAÇÃO DIFÍCIL

2-189/93 (Maputo) As negociações entre os jornalistas e o governo aparentemente variaram entre a cortesia e as acusações veladas.

Representando os jornalistas estavam Saide Omar, Cremilda Massingue, Luciano Guedes, Machado da Graça e Boaventura Mandlate, com Hilário Matusse a representar a ONJ; pelo lado do governo estiveram o Ministro da Administração Estatal, Aguiar Mazula, e o vice-Ministro das Finanças, Boaventura Cossa.

A certa altura, Mazula, habitualmente calmo, começou a perder a paciência, acusando Machado da Graça de estar ali a defender os seus próprios interesses e não os dos jornalistas.

Indagado pelo mediaFAX, um outro membro do corpo negocial refutou a acusação do Ministro, dizendo que as propostas defendidas pela equipa que está a negociar são posições de todos.

Para não haver mais equívocos, disse-nos esta fonte, os jornalistas decidiram que, se houver uma nova ronda negocial, pequenos grupos de profissionais colocar-se-ão à porta da sala de reuniões só para o governo saber que os

jornalistas-negociadores representam realmente os restantes jornalistas.

mediaFAX: Machado da Graça está a ser duro demais?

"Eu não diria que ele é duro", respondeu esta fonte. "Ele é directo e contundente, não se deixa levar com facilidade".

Segundo informações parciais, a negociação começou com o governo a apelar à compreensão dos jornalistas para a situação de miséria do país, após o que propôs um aumento provisório de 10% até à passagem da RM a empresa pública (EP). Os jornalistas inquiriram sobre os incrementos salariais a serem feitos pelo Banco Mundial, e a seguir propuseram a equivalência do nível B a bacharel e do nível A a licenciado - o governo rejeitou.

A segunda proposta do governo foi de um aumento de 10% para todos, mais 13% para os que têm isenção de horário.

Os jornalistas acharam pouco e pediram tempo para contacto com os colegas. Em reunião magna, os jornalistas rejeitaram a proposta do governo, instruindo os negociadores a voltarem à mesa com uma exigência de aumento de 125%.

Aí foram os negociadores do governo a pedir tempo para um contacto com o Primeiro Ministro. Na tarde de sexta-feira, finalmente, o governo lançou a sua proposta de 'pegar-ou-largar': um aumento de 15% para todos os jornalistas dos órgãos de informação do Estado. Os jornalistas rejeitaram esta proposta, mas declararam-se dispostos a prosseguir as negociações até ao próximo dia 6.

Se até lá nada mudar, no dia 6 os ouvintes abrirão os seus aparelhos de rádio e a RM não estará no ar pela primeira desde que foi criada na década de 30. Trata-se de "paralisação total", disse-nos uma fonte da comissão ad hoc, e não apenas de ausência de noticiários como alguns sectores do público chegaram a crer.

Apurámos, entretanto, que o comité local da OTM na RM tenciona solidarizar-se com os jornalistas.

Informações por confirmar indicam que o governo não aumenta a oferta pois tem indicações muito concretas de greves à vista em outros sectores do Estado, nomeadamente na Saúde.

NÚMEROS

A presente onda reivindicativa na RM é em torno de 240 jornalistas e técnicos de produção, mas a direcção é a favor de uma "solução global" para os

COMÉRCIO
INVESTIMENTOS
PARTICIPAÇÕES

SEDE: Av. Samora Machel, 285 / 1º andar * Tlf: 430171/5 * Fax: 428484 * Tlx: 6-387 ENEXP MO
C.P. 698 * Telegramas: ENACOMO * Maputo * DELEGAÇÕES: Beira * Quelimane * Nacala

Enacomo

812 trabalhadores.

Segundo um membro da direcção, a aplicação a todos os trabalhadores da presente reivindicação de um aumento de 125% implicaria um encargo salarial adicional de 3 milhões de contos por ano.

A RM recebe anualmente do OGE cerca de 6 milhões de contos (orçamento de funcionamento), 2,3 milhões dos quais para salários. Através de receitas próprias, como publicidade, a RM arrecada 2 milhões de contos por ano.

Esta fonte opina que a RM não pode dar lucro nem a curto nem a médio prazos "devido ao volume de investimentos necessário" na reposição e modernização de equipamentos.

As taxas de rádio poderiam ser "uma das principais receitas da rádio" mas não estão instituídas.

ARM já entrou em negociação com a EDM para inclusão de uma taxa de rádio na factura da electricidade. Caso esta ideia venha a ser adoptada pelo governo, o consumidor de energia eléctrica pagaria à EDM uma taxa adicional de uns 10 000 MT por ano. Aos níveis actuais de cobrança nas cidades, esta taxa não daria mais do que um milhão de contos de receita. Seria necessário, eventualmente, aplicar a taxa a todos os consumidores de energia do país.

A produção de cassetes deveria dar 720 mil contos em 93 mas não vai ultrapassar os 350 mil. A culpa é da própria

RM, admite esta fonte da direcção, por causa da sua "falta de agressividade no mercado fora de Maputo".

Na RM debate-se também a questão da "racionalização de pessoal", um assunto que não ocupa lugar de destaque na presente actividade reivindicativa mas passível de vir a ser importante no futuro. Racionalização querará dizer despedimento ou abertura a novas formas de utilização do pessoal?

O actual quadro salarial mensal dos jornalistas, incluindo o aumento de 20% recentemente anunciado para os funcionários públicos, começa em 190 contos (nível básico, com 9ª classe) e termina nos 690 contos para um jornalista da categoria 'principal A'.

Há vários subsídios: 10% para chefia de sector, 500 contos de 'subsídio de combustível' para chefes de departamento (aplicável quer se tenha carro ou não), um bonus de eficiência de 30% com base na avaliação periódica (de 4 em 4 meses) dos jornalistas (aplicável neste momento a cerca de 80% dos jornalistas), subsídio de isenção de horário para os reporteres que andam na rua, assistência médica (5 médicos avançados), uma comparticipação da rádio em medicamentos na ordem dos 20% aos 50%, e um subsídio de transporte de 1 000 meticais por dia de trabalho.

Tudo isto somado dá, no nível médio, um rendimento mensal mínimo de

285 contos e um máximo de 456 contos.

Os 125% de aumento exigidos constituem uma base de negociação com o governo, tomada depois de o governo rejeitar as anteriores propostas de aumento que eram bastante inferiores. Foi uma forma de "penalizar o governo", disse-nos fonte idónea da comissão ad hoc, e depois de um ano e meio de arrastamento de pés no Minfo - a proposta de passagem da RM a EP está no Minfo desde Fevereiro/92.

Esta fonte disse-nos ontem que os jornalistas não aceitam as duas posições do governo: um aumento imediato de 15% para todos os jornalistas do sector estatal, e nomeação de uma comissão para acelerar a passagem da RM a EP.

Para os jornalistas, disse-nos este membro da comissão ad hoc, a mudança de estatuto nada significa; o Estado vai ter que continuar a financiar os salários depois da passagem a EP.

Entretanto, os jornalistas têm à consideração uma proposta de redução da sua base negocial, tendo em mente informações de que o Primeiro Ministro rejeitou categoricamente os 125% como ponto de partida.

Ontem, ao princípio da noite, na ONJ, reuniram-se os jornalistas do sector estatal (RM, TVM, ICS e AIM) para debaterem o que fazer a seguir.

(Carlos Cardoso)

editorial

"Sem austeridade não há autoridade"

3-189/93 (Maputo) Os trabalhadores da RM merecem ser aumentados, merecem ganhar bem - bem, naturalmente, nas nossas condições de país mais pobre do mundo.

A RM é um serviço público, um serviço que produz informação, entretenimento, pensamento. Tem de ser pago como a água, a electricidade, os correios.

Quanto terá de ser o aumento?

A resposta a esta pergunta está condicionada por todo um caudal de informação que não temos. Só depois de sabermos quanto sai do OGE, e para onde, é que poderemos tecer considerações válidas sobre esta negociação concreta.

A imprensa, os deputados da Assembleia da República, os partidos, o

público precisam de saber quanto sai do OGE para cada membro do governo depois de tudo somado - salário, gasolina, concertos para os carros de afectação pessoal, casa, alimentação, despesas de representação. Precisamos de saber quanto é gasto em viaturas e outros "símbolos de autoridade". E quanto é gasto com a Renamo. É longa a lista de informações que não temos.

Depois de tudo isso conhecido poderemos argumentar como distribuir o pouco que o país tem de uma forma justa, tendente a criar estabilidade social e política.

Três coisas, no entanto, podem e devem ser ditas desde já:

a) o dinheiro que o contribuinte gasta com a RM parece estar a ser bem

gasto. Recentemente publicámos no mediaFAX uma sondagem que dava à RM uma margem de aceitação da ordem dos 67% em Maputo; na mesma cidade, dias depois, uma sondagem semelhante dava ao trabalho do governo uma aceitação da ordem dos 19%;

b) esta aceitação de 67% revela que o público crê que a matéria informativa veiculada pela RM não vem viciada. Como preservar esse grau de independência dos jornalistas da RM em relação ao suborno? A Saúde e a Educação são dois sectores já profundamente minados por esquemas de suborno. Cremos que se vai a tempo de impedir que o mesmo aconteça na RM;

c) o governo está constantemente a aludir às dificuldades do país e a apelar a todos que apertemos o cinto, e apertar cintos é o que todos temos de fazer se

PUBLIFACTOS

diga muito em poucas palavras. Anuncie neste espaço